



**PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR - EXECUTIVO 7/2025**

*“Dispõe sobre o Pagamento de Honorário  
s de Sucumbência aos Procuradores efetivos  
lotados na Procuradoria Jurídica do Município de Jardim/MS,  
fixa critério para o rateio desses valores,  
revoga a Lei Complementar nº 189/2018  
e dá outras providências”*

**JULIANO DA CUNHA MIRANDA**, Prefeito Municipal de Jardim, Estado de Mato Grosso do Sul, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar Municipal.

**Art. 1º** - Nas ações de qualquer natureza, em que for parte o Município de Jardim/MS, e que haja o pagamento de honorários advocatícios fixados por arbitramento, acordo ou sucumbência, o valor será destinado à Procuradoria Jurídica do Município de Jardim/MS, para distribuição aos integrantes do quadro efetivo de Procuradores Municipais.

§1º - O disposto no caput deste artigo tem validade, inclusive para ações já ajuizadas e em andamento ou não;

§2º - Não será devido qualquer pagamento a título de honorários advocatícios, quando efetuado acordo ou pagamento de débito pela via administrativa, desde que não tenha ajuizada a respectiva ação.

§3º - Em caso de acordo judicial, os honorários advocatícios incidirão proporcionalmente sobre o montante acordado, não podendo estes serem objetos de negociação para a sua redução.

**Art. 2º** - Os honorários advocatícios de que trata o art. 1º desta Lei serão partilhados de forma igualitária entre os procuradores efetivos lotados na Procuradoria Jurídica do Município de Jardim/MS, com atuação direta na causa e que estejam no efetivo exercício de suas funções.

**Art. 3º** - Considera-se também em efetivo exercício, o Procurador que na data do rateio, esteja afastado:

I – em gozo de férias regulamentares

II – casamento e luto de até oito dias;

III – em gozo de licença para tratamento de saúde.

IV – em gozo de licença por motivo de doença por pessoa da família, desde que não exceda 90 (noventa) dias;

V – acidente em serviço ou doença profissional;

VI – em gozo de licença prêmio por assiduidade;

VII – licença à gestante.

VIII – licença paternidade;

IX – missão oficial.

X – recolhimento à prisão, se absolvido no final;





**CÂMARA MUNICIPAL DE JARDIM - MS**  
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL  
AV. DUQUE DE CAXIAS, Nº 206 – CENTRO - CEP. 79.240-000 - JARDIM - MS

- XI – suspensão preventiva, se absolvido no final;
- XII – estudo no exterior ou em qualquer parte do território nacional desde que no interesse da administração e não ultrapasse 12 meses;
- XIII – candidatura a cargo eletivo durante o lapso de tempo entre o período de desincompatibilização e o dia da eleição;
- XIV – afastado para exercício de mandato legislativo ou executivo;
- XV – afastado para exercício de mandato classista;

**Art. 4º** - Não se considera em efetivo exercício, o Procurador que, na data do rateio, esteja:

- I – licenciado para tratamento de interesses particulares;
- II – afastado da função para cumprimento de punição após regular processo administrativo;
- III – aposentado.

**Parágrafo único.** Será excluído do repasse de honorários ao titular do direito que perder o cargo por exoneração, demissão, falecimento ou pela posse em outro cargo em definitivo.

**Art. 5º** - Os honorários advocatícios serão depositados na sua totalidade em uma conta corrente exclusiva do Município de Jardim -MS para esse fim, para que posteriormente seja distribuído aos procuradores efetivos lotados na Procuradoria Jurídica do Município.

**Art. 6º** - Será designado entre os beneficiários da presente Lei Complementar, um Procurador efetivo para juntamente com o Secretário de Finanças do Município:

- I – controlar a conta bancária destinada aos depósitos;
- II – ter acesso à planilha on-line e extratos bancários das contas bancárias destinadas aos depósitos;
- III – fiscalizar o rateio dos valores;

**Art. 7º** - Para efeitos do artigo art. 6º desta Lei, os recursos que ingressarem na conta corrente para recebimento de honorários advocatícios, serão geridos pelo Secretário de Finanças do Município, a quem compete:

- I – efetuar os pagamentos, observados os dispositivos nos incisos do art. 1º, desta Lei Complementar;
- II – manter os recursos depositados em conta corrente específica, até a respectiva transferência de valores;
- III – comprovar anualmente o repasse dos valores;
- IV – praticar os demais atos de gestão financeira previstas na legislação aplicável a administração pública.

**Art. 8º** - O rateio dos honorários advocatícios será feito mensalmente, sendo que os valores apurados do mês serão pagos no mês subsequente junto com os vencimentos, com a retenção das verbas tributáveis na forma da lei.

**§1º** - Em respeito à regra do inciso XI do artigo 37 da Constituição Federal, a soma do total dos vencimentos dos beneficiários que trata o art. 2º desta Lei, com os honorários percebidos a título de arbitramento, acordo ou sucumbência, não poderá ultrapassar o teto remuneratório estabelecido na Constituição Federal.

**§2º** - Quando o somatório dos valores existentes na conta descrita no art. 5º desta Lei, ultrapassar, individualmente,





**CÂMARA MUNICIPAL DE JARDIM - MS**  
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL  
AV. DUQUE DE CAXIAS, Nº 206 – CENTRO - CEP. 79.240-000 - JARDIM - MS

o valor do teto remuneratório do inciso Xi do art. 37 da Constituição Federal, deverá ocorrer a rolagem desses valores para os meses subsequentes, com divisões igualitárias e mensais, sempre respeitando o teto de que trata o §2º deste artigo.

**Art. 9º** - A retenção dos tributos referentes ao recebimento dos honorários advocatícios deverá ocorrer por meio da emissão de declaração do Imposto sobre a Renda Retido na Fonte (DIRF).

**Art. 10** - Os valores recebidos a título de honorários advocatícios tem natureza alimentar e privada dos procuradores lotados na Procuradoria Jurídica do Município, conforme artigo 23 da Lei n.º 8.906, de 04 de julho de 1994 (Estatuto da Advocacia) c/c o artigo 85, §14 e §19 da Lei n.º 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), não podendo ser retidos pelo Município a qualquer título.

**Parágrafo único:** A verba honorária prevista nesta Lei não integrará o subsídio e não servirá como base de cálculo para adicional, gratificação ou qualquer outra vantagem pecuniária.

**Art. 11** - É nula qualquer disposição, cláusula, regulamento ou ato administrativo que retire dos ocupantes dos cargos descritos do art. 1º desta Lei o direito ao recebimento de honorários advocatícios.

**Parágrafo Único:** Os destinatários dos honorários de que trata esta Lei poderão optar pela quitação dos mesmos, em qualquer uma das formas previstas na Legislação vigente, com os recolhimentos devidos.

**Art. 12** – Esta Lei Complementar entrará em vigor a partir de sua publicação, e revoga a Lei Complementar nº 189/2018, de 19 de dezembro de 2018.

**JULIANO DA CUNHA MIRANDA**  
Prefeito de Jardim – MS

JARDIM/MS, 23 de Maio de 2025





**CÂMARA MUNICIPAL DE JARDIM - MS**  
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL  
AV. DUQUE DE CAXIAS, Nº 206 – CENTRO - CEP. 79.240-000 - JARDIM - MS

---

Ver. Tereza Moreira - presidente  
Presidente(a)

